

Histórico de surgimento e construção dos Centros de Documentação e Memória nas Universidades Nacionais

Julia de Souza Bermond¹

INTRODUÇÃO

A maioria dos autores² coloca como momento de criação dos primeiros centros de documentação e memória universitários as décadas de 1960 e 1970, tendo seu crescimento e alastramento entre as universidades públicas e privadas nacionais se dado principalmente nas duas décadas seguintes. Para Andrade (2010, p. 191), é durante esse período que têm-se “(...) a maior aproximação das Universidades com a realidade social, incorporando problemáticas sociais e políticas como objetos de investigação científica (...).” Tal processo teve como uma de suas vertentes a expansão de Centros de Documentação e Memória universitários, “(...) especializados em temáticas diversas, de acordo com as linhas de pesquisa priorizadas em cada Universidade” (ANDRADE, 2010, p. 191).

Nesse período, foi no meio acadêmico universitário que nasceu boa parte dos Cms [centros de memória] brasileiros. Inicialmente, eram das áreas de ciência e tecnologia, mas depois se difundiram na área de ciências humanas. Esse movimento não se limitaria à academia: o universo empresarial e o do terceiro setor também passariam a investir em memória. (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 12)

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF). Bolsista FAPEMIG.

²SILVEIRA (2013) é a única autora que encontramos que aponta um período anterior (década de 1950) como o momento de início da criação desses centros no país.

Centro de Documentação e Memória (CDM) ou Centro de Documentação, é entendido aqui enquanto uma categoria de espaço relacionado à proteção patrimonial. Para Camargo (1999), o que prioritariamente viria a caracterizar esses centros é sua tarefa de reunir, preservar e organizar coleções e arquivos, em sua grande maioria composta por fontes primárias em formato de papel, originais ou cópias, além também de tratar documentos de cunho bibliográfico e tridimensionais. Tal documentação é reunida “(...) sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história (...)” (SANTOS, 2018, p.81).

Além da proteção documental e sua disponibilização para pesquisas acadêmicas e científicas, principalmente levando em conta seu contexto de atuação universitário, podemos apontar ainda como características básicas desses espaços o oferecimento de formação básica em preceitos de proteção documental (por meio de palestras, seminários, projetos de iniciação científica, aulas temáticas, etc.), tanto para o público acadêmico quanto para a comunidade que o cerca, projetos de história oral, visando conhecer mais a história de sua universidade e região, assessoria relacionada a questões de preservação patrimonial, auxiliando outras instituições que realizam tarefas semelhantes, produção e divulgação científica sobre seu acervo, uso interdisciplinar de diversas ciências no cuidado com a sua documentação (História, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, etc.) devido a guarda de uma documentação heterogênea em suporte e assunto, o que é uma característica desses espaços, entre outros tantos mais (SANTOS, 2018).

As origens dos arquivos que compõem o acervo de um centro de documentação são diversas: podem tanto advir de lugares públicos, como escolas, repartições públicas e universidades, por exemplo, quanto privados como empresas e arquivos pessoais, de movimentos sociais e políticos. Geralmente seus acervos são fruto de doação, sendo tais doações realizadas prioritariamente com o intuito de preservá-los, devido à falta de interesse ou recursos por parte daqueles que os produziram de arcar com sua proteção. No fim, eles acabam por expressar parte considerável da história regional da onde foram produzidos.

É importante frisar que os Centros de Documentação e Memória espalhados pelas universidades brasileiras possuem, apesar de características comuns, peculiaridades próprias que adquiriram ao longo do tempo e do seu

contexto de atuação. Dito isso, ainda assim podemos traçar paralelos e pontos em comum ao trabalharmos sua atuação e seu histórico de surgimento no país, abordando as motivações iniciais e posteriores para que pudessem adentrar e se espalhar pelo cenário universitário nacional.

Entre tais causas encontram-se por exemplo o desenvolvimento de programas de pós-graduação na área de ciências humanas na década de 1970, assim como o incremento de incentivos governamentais destinados para o desenvolvimento de pesquisas na área. Ademais, observamos algumas mudanças na mentalidade (nacional e internacionalmente) do que se constituiria enquanto História, Memória e Patrimônio e, consequentemente, o que vale ou não ser preservado e valorizado enquanto cultura e história nacionais. Por fim, ainda encontramos a proliferação desses centros como uma resposta aos desafios perante o descaso de órgãos públicos com a preservação da documentação histórica, social e política brasileira, tendo com isso se constituído enquanto uma das missões principais desses centros a conservação de documentos históricos e fontes originais.

Dessa forma, neste artigo pretendemos abordar um pouco sobre cada um desses pontos acima elencados, apresentando um panorama geral da proliferação desses lugares nas últimas décadas do século passado. O objetivo é apontar como essas causas contribuíram no fomento de iniciativas que posteriormente incentivaram a criação e expansão desses centros pelas universidades nacionais, principalmente aqueles ligados à área de ciências humanas.

O REGIME MILITAR E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

É durante a ditadura civil-militar que podemos constatar a realização de reformas na maneira em que as universidades brasileiras atuam e se configuram enquanto instituições de ensino. Tais mudanças, por sua vez, se fazem sentir até hoje na estrutura universitária nacional. Foi durante o período, por exemplo, que observamos a criação e implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva por parte de professores, além da consolidação e expansão da estrutura departamental, assim como o uso do sistema de créditos por disciplina e a organização semestral de atuação, que são características ainda hoje presentes na atuação universitária nacional (LIRA, 2012).

A reforma mais importante nesse quesito foi a realizada por meio da lei de n.º 5540 de 28 de novembro de 1968. Ela entrou em vigor no governo de Costa e Silva, com Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura, e buscou estabelecer as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua relação com a educação básica. Ao observarmos a constituição da lei vemos em seu primeiro artigo a afirmação de que o ensino superior tem como um dos seus objetivos primordiais a realização de pesquisas³. No seu segundo artigo, podemos constatar a mesma ideia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa: “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (BRASIL, 1968). Tal fato se traduziu na ênfase dada pelo governo militar aos programas de pós-graduação no período, que começam a se desenvolver e ganhar cada vez mais recursos e verbas públicas. A pesquisa universitária era encarada como uma das formas do país desenvolver tecnologia e mão de obra qualificada e, com isso, ajudar e ampliar o desenvolvimento nacional (SILVA, 2016). Como aponta Nogueira (1998), “(...) incorporava-se a noção de que o melhor caminho para se libertar da tecnologia importada seria priorizar a educação superior, voltada para as áreas tecnológicas.” (NOGUEIRA, 1998, p. 73 apud. SILVA, 2016, p. 466). Sobre outras características das reformas federais e militares no ensino superior e como elas impactaram no funcionamento das universidades:

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização dos recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização de carreira docente, criação de departamento em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-1968), enfatizou-se a adoção de modelos

³Art. 1º “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1968)

universitários vindos de países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos. No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante - e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (...) (MOTTA, 2014, p. 15)

Como aponta Motta (2014), o regime, em relação às universidades, foi permeado por duas facetas distintas mas que frequentemente se entrelaçavam. O regime foi, ao mesmo tempo, “destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva” (MOTTA, 2014, p, 07). Ao nos atentarmos à reforma realizada nesse período, é possível constatar a maior influência de ideias liberais em seu processo, com racionalização de recursos e reforço da iniciativa privada como uma de suas frentes. Além disso, também há uma forte influência direta das formas de organização e estruturação das universidades americanas sobre as mudanças realizadas na estrutura universitária brasileira. Apesar disso, a ditadura ainda soube aplicar preceitos próprios, com forte teor conservador (MOTTA, 2014), que incluíam por exemplo a censura a pesquisa, subjugação de movimentos estudantis e difusão da sua ideologia dominante nos espaços acadêmicos. Na prática, os que mais seriam afetados por tais reformas, os professores e estudantes universitários, não chegaram a serem ouvidos de maneira ampla no processo, apesar de terem determinadas demandas e proposições atendidas, mas de forma muitas das vezes limitada e autoritária (MOREIRA, 2014)

Dessa forma, é importante ressaltar que uma das facetas dessa modernização da estrutura universitária se deu, como já mencionado, pela expansão da pós-graduação no país, com altos investimentos destinados à pesquisa e à produção tecnológica. É por meio da ampliação das pós-graduações

em ciências humanas durante o período que, segundo os principais autores que estudam a criação e expansão de Centros de Documentação e Memória nas universidades⁴, se tem o nascimento e posterior expansão desses espaços, com o intuito primordial de auxiliar na construção da pesquisa acerca da realidade social, política e histórica brasileira.

PÓS-GRADUAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.

Como expõe Saviani (2008), a estruturação da pós-graduação no país irá ocorrer, de maneira mais explícita durante o período da ditadura civil militar “(...) com o objetivo de formar docentes para atender as necessidades que surgem após a reformulação do ensino superior, como também promover a produção do conhecimento científico nacional (...)” (SAVIANI, 2008, p. 66). É com tal reforma que observamos que “educação e desenvolvimento econômico estão atrelados num projeto de governo dos militares que planejaram um modelo de ensino superior, de universidade e, consequentemente, de pós-graduação, para atender a este objetivo” (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 352).

O propósito era implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no âmbito do ensino superior, uma vez que havia o entendimento de que faltava maior precisão no tocante à natureza dos cursos de pós-graduação então existentes no país. É, pois, neste contexto do Regime Militar, que a pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje. (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 352)

⁴(CAMARGO, 1999;2003) (CAVALCANTI, 2014) (CRUZ; TESSITORE, 2010) (MOREIRA, 1990) (TESSITORE, 2003)

Ao encarar a universidade como lugar primordialmente responsável pelo desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento esse visto como essencial para o crescimento econômico do país, há no período destacado um aumento considerável no investimento federal em pesquisas, contribuindo com isso com a expansão da pós-graduação no país, nas suas mais diversas áreas. Têm-se nesse momento uma “(...) necessidadeposta pelo próprio governo de atrelar o desenvolvimento econômico à ciência e tecnologia, a preocupação com a consolidação de uma identidade nacional (...)” (COELHO; HAYASHI, 2011, p. 166).

Apesar das ciências humanas não se constituírem como o foco principal dos incentivos governamentais (FORJAZ, 1989), já que não eram responsáveis diretamente pelo desenvolvimento de tecnologia como as ditas ciências duras, nas décadas de 1970 e 1980 observamos um aumento considerável dos recursos públicos destinados a essas áreas: “Apesar dessa participação minoritária das Ciências Humanas e Sociais nas verbas do CNPq, é inegável que tem havido, a partir de meados dos anos 70, uma tendência contínua de expansão (...)”(FORJAZ, 1989, p. 88). Mesmo que não fossem as destinatárias principais e primordiais do governo federal, as ciências humanas e suas pós-graduações conseguiram se aproveitar amplamente dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, crescendo e se aperfeiçoando com tais investimentos (CAVALCANTI, 2014)

Teria sido essa impulsão a organização e desenvolvimento de programas de pós-graduação em universidades brasileiras, juntamente com o aumento de recursos destinados a esses espaços, um dos motivos que traduziu-se na criação de diversos centros de documentação, pesquisa e memória social nas universidades nacionais (CRUZ; TESSITORE, 2010). Tal fato se deu pela ênfase dada à preparação de pesquisadores e a necessidade das universidades construírem espaços que disponibilizassem e tratassem informação científica e tecnológica para o uso desse pesquisador, facilitando com isso todo seu processo de construção de saber. (CAVALCANTI, 2014). Dessa forma, visando facilitar a vida do cientista e reunir em um só lugar a informação necessária para o desenvolvimento de pesquisas, alavancadas pelos na época recentemente criados programas de pós-graduação, os centros de documentação surgiram nesse contexto com a proposta inicial de disponibilizar informação especializada para seu público especializado, facilitando e reunindo em um só lugar toda

documentação necessária para o desenvolvimento de pesquisas, tanto para a área de ciência e tecnologia quanto para a de humanas.

Foi esta ênfase à informação que não apenas possibilitou, mas até mesmo favoreceu a criação, durante a década de 1970, de centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, área que até então não havia sido incluída entre as prioritárias. Embora com objetivos práticos precisos, esses centros tiveram sua existência justificada pela necessidade de sistematizar as informações na área das ciências sociais, de modo a torná-las acessíveis ao pesquisador. (MOREIRA, 1990, p. 72)

Sobre os motivos de criação e posterior atuação desses centros de documentação ligados à área de ciências humanas, Camargo (2003) escreve que tais espaços serviram como lugares de organização e reunião de materiais e fontes de pesquisas, se constituindo em centros especializados “(...) na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador (docente, discente ou a comunidade) o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas e, de outro lado, abrindo à sociedade as possibilidades de sua utilização e conhecimento” (CAMARGO, 2003, p. 27). Tal processo andou em conjunto, pelo menos na área de ciências humanas, com a preservação de documentação histórica original: “Dessa forma, ao mesmo tempo que o problema do acesso às fontes era resolvido, as diversas instituições e entidades eram envolvidas na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional/regional/local” (CAMARGO, 2003, p. 27)

No território específico das humanidades e das ciências sociais aplicadas, verifica-se que, desde a década de 1970, várias universidades brasileiras passaram a agir nesse sentido, procurando, assim, resolver problemas característicos de nossa realidade social. O principal deles era que as fontes

de pesquisa, necessárias ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, não estavam acessíveis ao pesquisador, seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental, seja por descaso dos poderes públicos e das instituições privadas, seja mesmo por falta de recursos humanos capacitados e de recursos financeiros destinados à sua organização e preservação. As dimensões continentais do país eram outro fator a agravar as dificuldades de acesso a fontes documentais originais. Sabe-se que os conjuntos documentais, volumosos, na maior parte das vezes não são passíveis de reprodução, apesar das tecnologias disponíveis para esse fim. (CAMARGO, 2003, p. 26)

Posteriormente, outros autores⁵ indicam que além de ter esse papel referenciador, responsável por auxiliar o pesquisador na construção de sua pesquisa ao reunir em um só lugar a documentação necessária para tal, os centros de documentação universitários brasileiros, sobretudo os da área de humanas, também foram responsáveis pela preservação e guarda de documentação histórica e social original. Tal fato se constituiria enquanto uma ação essencial na legitimação de sua atuação perante a sua universidade e perante os órgãos públicos que acaso viessem a financiá-lo, já que além de servirem como espaços especializados em disponibilizar e condicionar informação para o desenvolvimento de pesquisas, independente da área que seja, agora também vemos um Centro de Documentação preocupado em preservar uma documentação de caráter original e histórico, exercendo com isso um papel muito parecido com o de um arquivo histórico. Essa função, por sua vez, foi assumida por esses espaços devido a já histórica e estrutural falta de recursos e interesse do poder público em recolher e cuidar da documentação histórica regional ou particular que tenha algum valor para a história nacional. Sendo assim, esses centros acabam assumindo esse papel até hoje, sendo em

⁵ Tanno (2014), Camargo (1999), Tessitore (2003)

muitos dos casos mais conhecidos por isso do que por seu desempenho no auxílio à construção de pesquisas.

DEBATES SOBRE O PAPEL PÚBLICO NA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NAS UNIVERSIDADES

Em 1975, com a divulgação da Política Nacional de Cultura (BRASIL, 1975), temos a indicação federal da criação de centros de documentação especializados. Durante o período estudado, cultura e educação estavam sob o mesmo ministério, estando ligados a mesma administração ministerial (CAVALCANTI, 2014). O governo “(...) recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros.” (CAMARGO, 1999, p. 57). O mesmo incentivava “as universidades, pontualmente, a desenvolverem programas de preservação da memória com um componente a mais, a memória regional” (CAMARGO, 1999, p. 58). Às universidades, segundo tal documento, cabia então a promoção da construção de estudos e pesquisas “(...) em nível de planejamento próprio ou em convénio com outras instituições culturais, para levantamentos de acervos arqueológicos, históricos, etnográficos, artísticos ou folclóricos, centralizando os dados em organizações de livre acesso aos estudiosos” Assim como também, deveria ter como objetivo “incentivar o levantamento da documentação histórica, científica e artística de referência imediata ao Brasil, de diversa data ou atual (...)” e “(...) constituir centros de documentação iconográfica e de reprografia dos acervos e manifestações culturais de suas áreas” (BRASIL, 1975, p. 41).

Através da Política Nacional de Cultura (PNC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estimulou e financiou a criação de centros de memória, documentação e pesquisa, definindo que a organização e preservação dos acervos documentais brasileiros era uma função da Universidade. Os programas de preservação da memória incentivados pela PNC deveria enfatizar a memória regional, tendo em vista a precariedade

e inexistência de arquivos públicos municipais, ocasionando a perda de importantes fontes de pesquisa (CAMARGO, 1999). Na esfera das Universidades Federais, os pioneiros no desenvolvimento desses centros foram os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional das Universidades Federais de Mato Grosso e da Paraíba. No âmbito das instituições para-acadêmicas pode-se citar o da Fundação Casa de Osvaldo Cruz, o da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) (SILVEIRA, 2013, p. 39)

Sendo assim, o governo passa a incentivar a preservação de arquivos de cunho nacional, estadual e local, incluindo também acervos particulares, já que em muitos dos casos não realizava ele mesmo tal preservação. O Plano Nacional de Cultura, e consequentemente o governo federal, destaca e apresenta a universidade como “(...) focos capazes de contribuir para o surgimento do espírito científico e criativo” (CAVALCANTI, 2014, p. 85), associando análises e pesquisas, fomentando, com recursos ou por meio de documentos oficiais como este, as mesmas a criarem arquivos e centros de documentação (CAVALCANTI, 2014). Temos, pelo então Ministério da Educação e Cultura, o incentivo a “(...) participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico” (MOREIRA, 1990, p. 73), sendo estimulado e facilitado, com isso, “(...) o surgimento de centros de documentação vinculados aos estabelecimentos federais de ensino” (MOREIRA, 1990, p. 73).

Em meados da década de 1970, o próprio Ministério da Educação e Cultura deu início à oficialização e financiamento desse tipo de iniciativa. O Programa Nacional de Cultura, publicado em 1975, durante a gestão Ney Braga, recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e

organização dos acervos documentais brasileiros. Em decorrência desse processo, podemos apontar atualmente a existência desses órgãos em muitas universidades federais, como as de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Pará e Fluminense, entre outras (CAMARGO, 2003, p. 27).

Dito isso, é importante ressaltar algo que Cavalcanti (2014) levanta como uma questão de análise: qual destas instâncias, universidade ou o governo federal, que primeiramente notam a necessidade de preservação documental e de organização de fontes documentais para o desenvolvimento de pesquisas? São as universidades que detectam o problema de falta de uma sistematização e organização de fontes de pesquisa e com isso buscam formas de solucionar tais problemas, ou é o Estado brasileiro que percebe tal contexto e com isso “(...) passa a incentivar a criação destes centros por demandar menos investimento de recursos ou até mesmo como uma forma de controle deste material que estava sendo reunido e organizado?” (CAVALCANTI, 2014, p. 116). Para a autora, seria uma ação realizada por ambos, não ocorrendo tal processo, contudo, “de forma inocente”: observamos que houve um movimento que buscou responder às necessidades dos dois agentes, com o objetivo de atender o interesse de ambas as partes.

O Estado precisa, por diversos motivos, preservar estes documentos e para isso transfere essa tarefa para diferentes entidades além dos próprios arquivos estatais. Por outro lado, acreditamos que os pesquisadores atuantes nos espaços universitários vislumbram aí uma possibilidade de preservação e aproximação com suas fontes de pesquisa, além de uma multiplicação destas e da facilidade de acesso. (CAVALCANTI, 2014, p.116)

Em 1974, pesquisadores da UNICAMP divulgam as “Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação”, que já indicava a importância das universidades, mais especificamente de um centro de documentação, “inserir-se no conjunto de esforços que devem ser feitos no sentido de proteger a documentação brasileira da destruição e da evasão do território nacional, colaborando efetivamente para a preservação da memória nacional” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 1974, p. 17). Tais constatações, portanto, já estavam presentes na mente dos professores e acadêmicos, sendo estes responsáveis, em sua grande maioria, pela criação de diversos centros de documentação e memória universitários, principalmente na junção, doação e arranjo de documentos e fontes primárias na construção do acervo desses espaços.

Conclui-se dessa forma que ambas as partes foram importantes para que se desse tal movimento, sendo possível entrever que “(...) tanto professores e pesquisadores quanto o Estado contribuíram, de alguma forma, para essa proliferação dos centros de documentação como novos lugares informacionais frente o contexto social e político que se configurou no Brasil entre 1964-1985” (CAVALCANTI, 2014, p. 176). Isso se dá em conjunto com um movimento de mudanças de perspectiva sobre o que seria a História, Memória e Patrimônio e o que poderia ser pesquisado e analisado enquanto objeto válido e essencial para se entender a história, a sociedade e a política brasileira.

MUDANÇAS NA PERSPECTIVA SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO E OS DESCASOS COM O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A segunda metade do século XX foi marcada por diversas mudanças e novidades nas formas de enxergar e trabalhar a História, assim como as ciências humanas em geral. Como aponta Camargo (1999, p. 58), “Inquietações da historiografia, da antropologia, da ciência política, das ciências humanas em geral, especialmente nos anos 60 e 70, geraram a abordagem de novos temas.” Novas formas de se pesquisar, novas abordagens e novos sujeitos fizeram com que o escopo do historiador (e de várias outras ciências sociais) fosse se alargando cada vez mais: “A escrita da História se voltou para os estudos

antropológicos e passou a contemplar todos os atores sociais e todos os campos nos quais se expressa a atividade humana” (ZANIRATO, 2018, p. 16). Há, desse modo, no fim do século passado, “a extraordinária valorização da memória, do patrimônio histórico e da história” (VOGT, 2008, p. 04). Tal fato se dá em um contexto de mudanças nacionais e internacionais na política, sociedade e cultura, o que influenciou na forma que a História e outras ciências humanas enxergavam e trabalhavam seus objetos e entendiam o ser humano e seu agir no mundo.

Essa mudança no campo acadêmico teria acontecido em paralelo a uma difusão da democracia em outros campos. Corria pelo mundo o processo de descolonização e o surgimento de novos Estados-nação. Era a época da reivindicação de direitos de identidades coletivas particulares. Veio à tona a consciência da dominação cultural das ex-colônias e dos grupos denominados ‘minoritários’. (ANASTASSAKIS, 2007, p. 42)

Tais mudanças nas perspectivas de pesquisa e análise dentro do escopo científico das ciências humanas possibilitaram que acervos de diversas personalidades históricas notáveis, de grupos sociais e culturais, instituições públicas e privadas, além de partidos e movimentos políticos, fossem considerados relevantes para a pesquisa e o conhecimento acadêmico, histórico e social, portanto, essenciais de serem preservados. Os pesquisadores, “(...) passaram a valorizar documentos tais como depoimentos, registros fotográficos, notícias de jornais, processos judiciais, atas de reuniões sindicais, registros fabris, enfim, tudo o que possa servir para resgatar a história do povo” (CAVALCANTI, 2014, p. 115). Portanto, segundo Camargo, “descobrem-se novas fontes ou se redescobrem aquelas que, já utilizadas, podem ser lidas e manejadas de uma outra forma” (CAMARGO, 1999, p. 58). Com isso, tem-se um crescimento significativo da procura “(...) por arquivos, centros de documentação e bibliotecas, que exigem novos recursos técnicos para o resgate, a organização e a recuperação desta documentação diversificada” (CAVALCANTI, 2014, p. 115).

Tal fato contribuiu para que esses acervos, muitas vezes ignorados ou não vistos como passíveis de proteção, fossem encarados como dignos e necessários de serem conservados, tanto para pesquisa quanto como constituintes de uma parte significativa do patrimônio nacional. É importante lembrar que os debates sobre preservação documental que permeiam esse período estão intimamente ligados “(...) a reivindicação por memória dos novos sujeitos e movimentos sociais então emergentes e a renovação da discussão historiográfica sobre a noção de documento e sobre pesquisa histórica.” (CRUZ; TESSITORE, 2010, p. 425). Todo esse processo, dessa forma, conversa com questões elencadas no período que buscam discutir a importância de se preservar esses tipos documentais (valorizando com isso aqueles que os produziram), assim como legitimar a sua validade e capilaridade para se entender o Brasil e suas múltiplas realidades.

O paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional que marcou a ação institucional passava a conviver com a compreensão do bem como peça do cotidiano, do mundo do trabalho, de religiosidades não dominantes dos subalternos e das minorias e, nem por isso, menos significativo como referência de identidades e como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil. (CHUVA, 2017, p. 82)

Especialmente nos últimos anos da década de 1970, muitas discussões sobre as políticas de proteção mobilizaram a comunidade acadêmica e os técnicos especializados no campo da proteção ao patrimônio. Introduzia-se como palavra de ordem a idéia de memória, que ampliava o escopo de bens a serem preservados e de ações imprescindíveis à construção de uma memória nacional, não mais vista de uma perspectiva totalizadora, mas refletindo exatamente o seu oposto: as diferenças que caracterizavam a história

da nação e da cultura brasileira. (CAMARGO, 1999, p. 52)

Apesar disso, nem sempre tal mudança de perspectiva se traduziu em ações públicas visando preservar esses tipos de documentação. Apesar de em 1946 ter sido introduzida na constituição a idéia de proteção documental enquanto parte importante da “memória nacional”⁶, tal inclusão não chegou a concretizar-se firmemente “(...) em medidas que capacitassem o Arquivo Nacional com os recursos financeiros e técnicos (...) necessários para garantir não apenas a preservação e conservação dos documentos sob sua guarda (...)”, como afirma Moreira (1990, p. 68), mas também não facilitou o recolhimento aos seus depósitos a documentação produzida por outras esferas da administração pública federal (MOREIRA, 1990). Contudo, ainda assim, o Arquivo Nacional era responsável por manter preservada uma quantidade significativa de documentação relativa ao período colonial e imperial, que eram favorecidos em detrimento da documentação produzida no país durante o século XX. Tal fato acabou por causar um descompasso entre a crescente vontade de pesquisar o período republicano e a escassa documentação preservada sobre o mesmo nos arquivos nacionais, que priorizavam, como mencionado, a documentação advinda do império e da colônia (MOREIRA, 1990).

A inexistência de um modelo sistemático de organização e recolhimento de arquivos, assim como a falta de recursos, mão de obra e materiais contribuíram para que documentos públicos fossem amplamente descartados e recolhidos de maneira arbitrária. Tal fato veio a criar obstáculos ou até mesmo impossibilitar o amplo acesso a documentos, principalmente aqueles produzidos em períodos mais recentes (COSTA et al, 1986 apud. MOREIRA, 1990, p. 69). Neste sentido, é importante ressaltar que “os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 têm por objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos, especialmente os privados” (MOREIRA, 1990, p. 69). A reconhecida carência de arquivos municipais e

⁶Art. nº 175 - “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (BRASIL, 1946)

regionais ou a falta de verbas “(...) levava a perda de um volume muito grande de documentos que poderiam se transformar, posteriormente, em fontes de pesquisa. E os centros de documentação acabam por se inserir nestas brechas abertas pela administração pública” (CAVALCANTI, 2014, p. 117).

Até a década de 1970 podemos afirmar, com certa margem de segurança, que a preocupação com a chamada memória documental, no Brasil, era restrita a algumas poucas pessoas e instituições. Com relação à pesquisa no campo da História, a memória (mal) preservada se relacionava a lugares como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e arquivos públicos, sempre com ênfase na documentação relativa à Colônia e ao Império. Novos interesses de pesquisa neste campo, que se volta para o período republicano, não encontravam retorno nas principais instituições de arquivo existentes pois as fontes históricas tratadas e disponibilizadas para pesquisa eram escassas, além de evidenciarem a própria dificuldade em que estas instituições se encontravam com relação ao atendimento da demanda que surge por parte dos pesquisadores. (CAVALCANTI, 2014, p. 109)

Tal descaso com a documentação pública, de maneira geral, atravessou o restante do século passado e ainda hoje é parte importante das críticas de diversos pesquisadores e trabalhadores da área arquivística para com instâncias públicas responsáveis por tal processo. Seja pela falta de verbas ou vontade em preservar a documentação de interesse público geral, de relevância administrativa, social, memorialista ou histórica, o descaso e abandono de arquivos públicos é uma das pautas que movem os profissionais da área. Ao observarmos a situação dos arquivos públicos em fins do século passado, que é quando tais centros de documentação e memória começam a se espalhar pelo país, podemos constatar as problemáticas que ainda hoje, de maneiras distintas, atravessam a atuação dos arquivos nacionais.

Para Camargo (1999) tal realidade é algo comum no contexto de proteção patrimonial brasileiro. Segundo a autora, bens históricos e culturais de natureza culinária, artística e religiosa, por exemplo, eram e ainda são bens patrimoniais de “rápida comunicação”, que exprimem e conversam seu propósito e significado com mais facilidade e de forma mais direta do que arquivos e objetos bibliográficos, mesmo que eles também expressem em suas linhas a atuação histórica e social de grupos e pessoas. Sendo assim, afirma a autora, “(...) apenas de modo residual, ou quando se relacionavam aos bens tombados, essa modalidade de patrimônio [bibliográfico e documental] era pleiteada pela ação política e pelos programas de proteção elaborados” (CAMARGO, 1999, p.164)

Basques (2014) aponta que um dos primeiros estudos que buscou identificar a situação do patrimônio arquivístico nos países latino-americanos foi realizado pela *Fundación Histórica Tarvera* (1999). Tal estudo apontou, como situação da proteção arquivística do Brasil, uma certa “(...) fragilidade na segurança, na conservação e nas formas de gestão do patrimônio arquivístico do País, condição devida a diversos fatores, como a desigualdade dos recursos financeiros, a falta de pessoal especializado e a ausência de uma política nacional” (BASQUES, 2014, p. 37). Além disso, pesquisas realizadas pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) cerca de 15 anos antes, em 1984, visando realizar uma espécie de levantamento acerca da situação dos arquivos da Administração Pública federal direta e das autarquias nacionais, já observava que havia uma precariedade na atuação dos mesmos: “as condições de conservação dos acervos diagnosticados eram precárias; as instalações não atendiam às recomendações técnicas da Arquivologia moderna; os acervos, em sua maioria, encontravam-se dispersos” (COMISSÃO..., 1987 apud. BASQUES, 2014, p. 37). Havia ainda “(...) carência quantitativa e qualitativa de profissionais, de recursos financeiros e materiais, e de se evidenciar a ausência de política arquivística” (COMISSÃO..., 1987 apud. BASQUES, 2014, p. 37)

Dessa forma, observando o cenário nacional, que ainda possuía muitas dificuldades em preservar seus próprios acervos (quem dirá a documentação privada mas de interesse público, produzida por outras instâncias fora da esfera pública), constatamos o início de um movimento, que ocorre nas últimas décadas do século passado, ligado a algumas universidades, seus pesquisadores e

professores, de buscar preservar essa documentação, seja ela pública ou privada, que muito provavelmente seria descartada ou deixada às traças. Essa documentação refletia a história e atuação de inúmeras instâncias, sejam elas públicas ou não, de cunho pessoal ou coletivo, que sumariamente não eram preservados por aqueles que a produziam, seja por falta de interesse ou de verbas para tal: vemos documentos históricos vindos de fábricas e escolas fechadas, repartições públicas, fóruns, movimentos de trabalhadores, negro, indígenas, estudantis, de bairro, culturais, personalidades políticas e sociais importantes para se entender histórias regionais, por exemplo, e outros ainda que refletiam a atuação da comunidade universitária (sejam eles professores, alunos ou servidores) serem preservados e usados para estudos e pesquisas nesses espaços recém-criados.

Este movimento de ressignificação de temáticas e objetos a serem pesquisados contribuiu sobremaneira para que as instituições universitárias se sentissem motivadas a criar, em suas estruturas organizacionais, entidades destinadas à coleta, à organização e à preservação de acervos documentais, de origem e natureza diversa. Documentos que, em muitos casos, haviam sido abandonados à própria sorte, até mesmo pelo poder público, ou, numa situação mais extrema, destinados à destruição, acabaram sendo preservados e trazendo inúmeras contribuições às pesquisas acadêmicas. (BUENO, 2005, p. 124)

Portanto, é importante ressaltar que estamos em um contexto em que esse tipo de documentação é colocada como foco de interesse por pesquisadores da área, que buscam adentrar ainda mais na história e trajetória dessas pessoas e grupos, os colocando como essenciais na compreensão e estudo das histórias regionais e nacionais. Os centros de documentação aqui trabalhados, portanto, assumem a tarefa de preservá-los e disponibilizá-los, já tratados, aos pesquisadores e estudantes universitários, assumindo também funções públicas de preservação do patrimônio nacional e regional. Como

aponta Camargo (1999), devido “(...) uma ausência de consciência e de vontade política do poder público em relação à preservação de seu patrimônio documental (...) essa função acabou sendo assumida ou transferida parcialmente para as universidades” (CAMARGO, 1999, p. 56). Os centros surgiram, dessa forma, como uma de suas finalidades a ênfase à memória regional. A precariedade ou completa inexistência de arquivos públicos, sobretudo nos municípios, acabava por gerar perdas consideráveis de fontes de pesquisa. “A universidade, então, começa a bancar essa tarefa, incorporando-a às suas atividades-fim” (CAMARGO, 1999, p. 59).

Para Oliveira (2013), foi essa função de guarda que acabou por legitimar e incentivar a criação de muitos desses centros em fins do século passado, apesar de se tratar ainda de uma legitimação “ainda em construção se considerarmos os incentivos no que diz respeito às estruturas físicas e financeiras, algo, na maioria dos casos, ainda muito distante do ideal e mesmo do mínimo necessário” (OLIVEIRA, 2013, p. 05). Além de se constituírem enquanto centros de referência e pesquisa, diante dos recém-criados e em franca expansão programas de pós-graduação em ciências humanas, grande parte de sua aceitabilidade se deu, e se dá ainda hoje, pelo importante papel que exerce na preservação do patrimônio histórico e social brasileiro, independentemente de sua origem.

Observamos com isso a construção de uma junção da necessidade de pesquisar esses “novos sujeitos” e momentos históricos, por parte dos acadêmicos, que viam-se diante de uma documentação esparsa, concentrada nos grandes centros e pouco preservada, com a missão de conservação uma documentação que provavelmente, pela falta de interesse, verbas ou conhecimento do poder público e daqueles que a produziram (ao se falar do âmbito privado), não seria preservada. Reunindo assim uma documentação muitas vezes dispersa,

(...) as universidades resolveram, em parte, os problemas de acesso do pesquisador às fontes para seus trabalhos, além de cumprir importante papel de reunião, coleta, preservação e divulgação do patrimônio documental local e regional, que por falta de uma política de preservação por parte dos

municípios, reforçada pela falta de verbas, sempre sofreu o descaso e a destruição irremediável. (TANNO, 2018, p. 94)

Tais centros vieram a se constituir enquanto “espaços legítimos para a institucionalização das memórias de grupos sociais representativos de uma sociedade urbana industrial em desenvolvimento (movimento operário, mulheres, educação, movimento negro etc.) (...)" (CAVALCANTI, 2014, p. 18). Nota-se ainda hoje que a grande maioria desses centros iniciaram seus percursos preservando documentos ligados a movimentos sociais, culturais e políticos diversos, assim como documentos referentes à história da universidade na qual estão situados e de instituições, empresas e indivíduos importantes para a história de sua região.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, os documentos que mais se perderam no século XX foram daqueles que representavam a atuação de organizações sociais, sendo eles movimentos populares, sociais ou de partidos políticos, apresentando-se de forma dispersa e muitas vezes sem o tratamento adequado (AZEVEDO; BARLETTA, 2011). Marques e Stampa (2010) apontam que em alguns países da Europa, como Alemanha e Espanha, as centrais sindicais criaram órgãos voltados para a recuperação, organização e preservação de seus documentos. Na América Latina, por sua vez, teve-se a criação e proliferação de centros de documentação que também cuidavam desses tipos documentais. Dessa forma, como muitos dos centros surgidos nesse período buscaram preservar tal tipo de documentação, pode-se apontar que muitos deles, por consequência, fizeram parte desse movimento de reconhecimento e preservação de uma documentação que em sua maioria não era amplamente nem publicamente reconhecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que por ser um cenário bastante diverso de atuação, onde cada centro assume tarefas e funções específicas e necessárias para o seu funcionamento, os CDM nacionais surgiram em momentos e contextos de atuação distintos, dependendo também de seu contexto regional e da sua própria universidade, assim como dos desejos e vontades dos atores que

possibilitaram a criação desses espaços. Isso reflete como cada um deles assumiu, em sua universidade, características e necessidades próprias. Contudo, todo o processo aqui descrito acabou por influenciar, inegavelmente, os primeiros pontapés dados por esses centros no país, o que possibilitou sua posterior expansão.

A ampliação dos programas de pós-graduação durante o governo militar incentivou que espaços como centros de documentação pudessem surgir, devido a sua função primordial relacionada a disponibilização de documentos e fontes para o desenvolvimento de pesquisas. No caso dos centros de documentação ligados às ciências humanas, no Brasil, os mesmos também incorporaram em si a característica de preservação de documentos históricos originais. Ao observarmos os acervos da maioria desses centros, constatamos que os tipos documentais presentes nesses lugares geralmente estão ligados a uma documentação que exprime a atuação de grupos e movimentos sociais, trabalhistas, políticos e culturais, assim como de instituições e pessoas importantes para histórias regionais e locais. Tais categorias documentais, por sua vez, assumiram grande importância em fins do século passado, no momento em que se teve o surgimento e posterior alastramento desses espaços em diversas universidades nacionais, tanto públicas quanto privadas, o que denota a importância desse tipo de documentação para a própria criação de vários deles. .

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. de. *Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 30, n. 2, 2015. DOI: 10.21573/vol30n22014.53680. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

ANDRADE, Ana Cecília Navarro de. *O mundo dos trabalhadores no acervo do CEDIC/PUC-SP*. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Central Única dos Trabalhadores, 2010. cap. 10, p. 191-200. ISBN 978-85-89210-31-7.

ANASTASSAKIS, Zoy. *Dentro e fora da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy Machado. *O Cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*. Cadernos Cedem (Cessada), [S.L.], v. 2, n. 2, p. 133-146, 1 nov. 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2236-0247.2011.v2n2.p133-146>. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/1647>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BASQUES, Cristiane. *O patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição: estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites*. 2014. 222 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16887>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 15 fev. 2022.

_____. *Política Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001728.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH)*. Horizontes, [s. l.], v. 23, ed. 2, p. 121-126,

jun/dez 2005. Disponível em: <[http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/horiz-5\[6184\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/horiz-5[6184].pdf)> . Acesso em: 9 jun. 2022.

CAMARGO, Célia Reis. *A Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. Assis, UNES, 1999. Tese de Doutorado em História.

_____. *Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas*. In: SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999

_____. *Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas*. In: CAMARGO, Célia et al. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf>. Acesso em: 09 Abr. 2019

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. *Os Centros de Documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias*. 2014. 190 f. Tese (UFRJ - Escola de Comunicação) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/842/1/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COELHO, Márcio; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *Pós-graduação no regime militar: zona franca de produção do conhecimento*. Série Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 31, p. 193-213, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/135/236>> Acesso em: 09 Set. 2021

CHUVA, Márcia. *Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002*. Revista do Patrimônio: Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, ed. 35, p. 79-104, 2017. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. *Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos*. Projeto História, São Paulo, n.40, jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>> . Acesso em: 20 jan. 2020.

FORJAZ, M. C. S. *Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985)*. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, [S. l.], n. 28, p. 71-99, 1989. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/100>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; *Diretrizes Gerais para a Implantação do Centro de Documentação*. In: Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, ago. 1974, Vol. 2 - n.2, p. 17-20. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55221>>. Acesso em: 20 jan. 2021

ITAÚ CULTURAL, Centro de Memória Documentação e Referência. *Centros de Memória: manual básico para implementação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, (XV), 2012, São Gonçalo. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. São Gonçalo: Ffp/Uerj, 2012. p. 1-12. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022

MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. *Apresentação*. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). O Mundo dos

Trabalhadores e seus Arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MOREIRA, Ildeu de Castro. *A ciência, a ditadura e os físicos*. Cienc. Cult, São Paulo, v. 66, n.4, p.48-53, Dez 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400015>. Acesso em: 17 Nov. 2021.

MOREIRA, Regina da Luz. *Brasiliianistas, historiografia e centros de documentação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.66-74, 1990. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2294/1433>>. Acesso em: 04 jun. 2021

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução*. In: As Universidades e o regime militar. 1. ed. [S. l.]: Zahar, 2014. v. 448, p. 7-21. ISBN 978-8537811870.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre a História e a Arquivologia: diálogos a partir de um centro de documentação*. Simpósio Nacional de História (ANPUH), (XXVII) Natal (RN), 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364523361_ARQUIVO_ANPUH_2013_VITOR_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020

SANTOS, A. C. *Perspectivas arquivísticas em centros de memória*. Archeion Online, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 80-95, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/39736>> Acesso em: 09 Jun. 2021

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do regime militar*. Cadernos Cedes, [S.L.], v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SILVA, G. B. *A educação superior no regime militar: rupturas ou continuidades?* . Cadernos de História, v. 17, n. 27, p. 455-474, 30 out. 2016. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p455>> Acesso em: 01 Jun. 2022

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERA_LDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVIERA.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2020

TANNO, Janete Leiko. *Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania*. ACERVO, Rio de Janeiro, v. 31, ed. 3, p. 88-101, 2018. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/107207>>. Acesso em: 1 maio 2020.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003.

VOGTT, O. P. *O acervo do Centro de Documentação da UNISC*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p. 1-12. Disponível em: <https://www.ech2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212543612_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021

ZANIRATO, S. H. *Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial*. Revista CPC, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 7-33, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144623>>. Acesso em: 16 nov. 2022.